

Responda às questões 1 a 5 com base no seguinte texto:



Autor: Alexandre Beck

1. Considere o diálogo entre o pai e Armandinho sob a perspectiva da relação homem-natureza e analise as assertivas abaixo:

- I. A fala do pai pressupõe uma visão mais utilitarista, na qual a natureza figura como um objeto de consumo voltado ao lazer e ao alívio do caos urbano.
- II. O uso do termo **fuga** denota que o ambiente urbano é compreendido, no discurso do pai, como a realidade intrínseca e inalienável do ser humano contemporâneo.
- III. A correção efetuada por Armandinho altera o eixo semântico da sentença de “afastamento” (**fuga**) para “pertencimento” (**retorno**).

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

2. No terceiro quadrinho, Armandinho inicia sua fala com a palavra **Mas**. Do ponto de vista da coesão e coerência textual, assinale a alternativa que descreve corretamente a função e o valor semântico desse termo no contexto da tirinha.

- a) Possui valor adversativo, pois introduz uma oposição ao conceito de fuga apresentado pelo pai.
- b) Possui valor conclusivo, uma vez que Armandinho utiliza a conjunção para encerrar o assunto e confirmar que a natureza é, de fato, um lugar de fuga.
- c) Possui valor condicional, indicando que a ida à natureza só faria sentido se fosse encarada como um retorno às origens.
- d) Possui valor aditivo, pois Armandinho está acrescentando uma nova informação à fala do pai para complementar o seu raciocínio.

3. No segundo quadrinho, o pai de Armandinho inicia sua fala com a expressão: **Às vezes é preciso uma fuga**. Sobre o uso do acento grave na expressão **Às vezes**, assinale a alternativa correta.

- a) O uso da crase é facultativo, uma vez que a expressão indica um tempo indeterminado e o autor poderia optar por não utilizá-la sem prejuízo à norma culta.
- b) A crase foi utilizada indevidamente, pois não se utiliza acento grave antes de palavras no plural.
- c) O acento grave é obrigatório por tratar-se de uma locução adverbial de base feminina, seguindo a regra geral para locuções de tempo, modo e lugar.
- d) O uso da crase serve para indicar que “vezes” é o sujeito da oração, concordando com o verbo “precisar” que está implícito na frase.

4. O termo **retorno**, utilizado por Armandinho no último quadrinho para contrapor o discurso do pai, é um exemplo de palavra formada por derivação regressiva a partir do verbo **retornar**. Considerando isso, o vocábulo **retorno** é classificado, gramaticalmente, como:

- a) Pronome indefinido.
- b) Advérbio de lugar.
- c) Adjetivo biforme.
- d) Substantivo comum.

5. Na frase **Mas não é uma “fuga”, pai...**, o termo **pai** é isolado por vírgula e desempenha uma função específica na organização do diálogo. Do ponto de vista sintático, a palavra **pai** classifica-se como:

- a) Vocativo, por ser o termo que serve para interpelar o interlocutor no ato da comunicação.
- b) Predicativo do sujeito, por atribuir uma característica ao sujeito da oração.
- c) Aposto, por exercer uma função explicativa em relação ao pronome implícito na frase.
- d) Sujeito, por ser o elemento sobre o qual o locutor profere uma afirmação.

6. Calcule o valor da expressão:

$$(3,6 \div 0,4) + \left[ \frac{2}{5} \times (18 - 8) \right] - 1,25$$

- a) 12,5
- b) 10,25
- c) 11,75
- d) 9,75

7. Um produto sofreu dois reajustes sucessivos: primeiro, aumento de 20%; depois, desconto de 10% sobre o novo preço. Ao final, o produto passou a custar R\$ 216,00. Qual era o preço original do produto?

- a) R\$210,00
- b) R\$196,00
- c) R\$200,00
- d) R\$220,00

8. A soma de um número com o triplo de seu antecessor é igual a 61. Qual é esse número?
- 15
  - 16
  - 17
  - 18
9. Um terreno retangular tem perímetro de 70 metros. Sabe-se que seu comprimento mede 5 metros a mais que o dobro de sua largura. Qual é a área do terreno?
- 250 m<sup>2</sup>
  - 225 m<sup>2</sup>
  - 300 m<sup>2</sup>
  - 275 m<sup>2</sup>
10. Um reservatório cilíndrico possui raio de 1 metro e altura de 2 metros. Considerando  $\pi = 3,14$ , qual é sua capacidade aproximada em litros?
- 4.280 litros.
  - 3.140 litros.
  - 6.280 litros.
  - 2.000 litros.
11. Conforme a Resolução 1.475 de setembro de 2022 o CRMV poderá cancelar o cadastro ou registro do estabelecimento quando:
- Forem excluídas do seu objetivo social todas as atividades ligadas à Medicina Veterinária ou à Zootecnia.
  - Identificada a falsidade de declarações exigidas, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis.
  - Comprovar a baixa de suas atividades mediante a apresentação de documentos emitidos por Junta Comercial, Cartório de Registro Civil ou Receitas Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal.
  - Estiver com registro inapto, baixado ou nulo perante as Receitas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.
12. A Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 é o pilar jurídico da medicina veterinária no Brasil. Ela instituiu o exercício profissional. De acordo com a referida Lei, são atribuições do CFMV **EXCETO**:
- Expedir as resoluções que se tornarem necessárias à fiel interpretação e execução da presente lei.
  - Julgar em última instância os recursos das deliberações dos CRMV.
  - Aprovar os regimentos externos dos conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário para manter a unidade de ação.
  - Deliberar sobre as questões oriundas do exercício das atividades afins às de médico-veterinário.
13. Conforme a Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968, as penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais são as seguintes:
- Advertência confidencial, em aviso reservado.
  - Censura confidencial, em aviso reservado.
  - Censura pública, em publicação oficial.
  - Suspensão do exercício profissional até 9 (nove) meses.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
  - Está correta apenas a assertiva III.
  - Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
  - Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
14. Na administração pública é obrigatória, sob pena de crime de \_\_\_\_\_, a apresentação do diploma por parte daqueles a quem a Lei nº 5.517 de 23 de outubro de 1968 permitir o exercício da profissão de zootecnista, sempre que se tratar de provimento de cargos que ela deles tornou privativos. Preencha corretamente a lacuna.
- Detenção.
  - Banimento.
  - Responsabilidade.
  - Reclusão.
15. Conforme o artigo 21º da Resolução 1.475 de setembro de 2022 o Conselheiro, inclusive Diretor, é impedido de exercer as suas funções no processo ético-profissional:
- Em que for parte no processo.
  - Quando for proprietário, sócio ou Responsável Técnico do estabelecimento mencionado ou envolvido no processo.
  - Quando nele estiver postulando como procurador da parte, o seu cônjuge, companheiro, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
  - Quando integrar órgão ou entidade que for parte na causa.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
  - Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
  - Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
16. Conforme o artigo 3º da Resolução 1.475 de setembro de 2022 caracteriza o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia, entre outros, o \_\_\_\_\_, em qualquer nível, ou outras atividades, inclusive a ocupação de cargo, função ou emprego, ainda que não privativo, para o qual sejam necessários a formação e o diploma de graduação em Medicina Veterinária ou Zootecnia. Preencha corretamente a lacuna:
- O gerenciamento administrativo de recursos humanos em empresas do setor varejista de alimentos processados.
  - Magistério.
  - A prescrição de adubos e fertilizantes para a recuperação de pastagens degradadas.
  - Melhoramento genético vegetal.

17. De acordo com a Resolução nº 1.666 de agosto de 2025 poderão ser designados como Conselheiro Instrutor:
- Os Conselheiros Efetivos.
  - O Presidente.
  - Os Conselheiros Suplentes, desde que, quando do julgamento do processo, estejam em substituição a Conselheiro Efetivo.
  - Os Diretores.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas apenas as assertivas I e III.
  - Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
  - Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
  - Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
18. Conforme a Resolução nº 1267 de maio de 2019, que aprova o Código de Ética do Zootecnista, é vedado a ele:
- Opinar, sem solicitação das partes interessadas, a respeito de animal que esteja sendo comercializado.
  - Praticar atos de maus-tratos ou crueldade no exercício profissional em atividades de educação, pesquisa, produção, esportiva, culturais, artísticas ou de qualquer outra natureza, somente quando estiverem respaldados pela legislação específica, resoluções do CFMV e outros regulamentos pertinentes.
  - Agir de boa-fé ou discordar com práticas ou atos que possam resultar em prejuízos ou benefícios para quaisquer candidatos, quando integrante de bancas examinadoras e demais processos seletivos.
  - Praticar no exercício da profissão, ou em nome dela, atos que a lei defina como crime ou contravenção ou ser conivente com tais práticas.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
  - Estão corretas apenas as assertivas I e III.
  - Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
  - Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
19. Assinale a alternativa **INCORRETA**. De acordo com a Resolução nº 1138, dezembro de 2016 o médico veterinário será responsabilizado pelos atos que, no exercício da profissão, praticar com dolo ou culpa, respondendo civil e penalmente pelas infrações éticas e ações que venham a causar dano ao paciente ou ao cliente e praticar atos profissionais que caracterizem:
- Negligência.
  - Imperícia.
  - Diligência.
  - Imprudência.
20. De acordo com a Resolução 1.120 de setembro de 2016, que normatiza procedimentos para recuperação de créditos resultantes de anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais créditos das pessoas físicas e jurídicas, e altera a Resolução CFMV nº 1005, de 2012, os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária ficam autorizados a realizar acordos para recebimento de débitos referentes a anuidades, multas, taxas, emolumentos e demais débitos de pessoas físicas ou jurídicas. Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias do vencimento de qualquer parcela, o acordo será rompido, do qual resultará:
- Ajuizamento da execução fiscal dos débitos não ajuizados.
  - Impedimento de nova negociação.
  - Prosseguimento das execuções fiscais dos débitos ajuizados e que tiveram sua tramitação suspensa.
  - Em execução. que considerará o valor reconhecido no Termo, com o decréscimo dos encargos moratórios e dedução dos valores eventualmente pagos.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - Estão corretas as assertivas I, II, III e IV.
  - Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
  - Estão corretas apenas as assertivas I e III.
21. Sobre centralização, descentralização, concentração e desconcentração administrativa, assinale a alternativa correta.
- A centralização ocorre quando a Administração cria uma autarquia para executar atividade típica de Estado.
  - A descentralização ocorre quando o Estado transfere a execução de determinada atividade a outra pessoa jurídica, enquanto a desconcentração ocorre pela distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica.
  - A descentralização e a desconcentração são expressões sinônimas, ambas referentes apenas à divisão interna de tarefas.
  - A desconcentração exige a criação de nova pessoa jurídica integrante da Administração indireta.
22. Assinale a alternativa correta quanto à Administração Pública direta e indireta.
- A Administração indireta é composta apenas por órgãos subordinados diretamente aos Ministérios.
  - As autarquias integram a Administração direta porque não possuem personalidade jurídica própria.
  - Empresas públicas e sociedades de economia mista possuem sempre natureza jurídica de direito público.
  - A Administração direta é composta pelos entes federativos e seus órgãos, enquanto a Administração indireta compreende entidades dotadas de personalidade jurídica própria, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

23. Sobre as entidades da Administração indireta, assinale a alternativa correta.
- Empresas públicas são pessoas jurídicas sem personalidade própria, criadas por decreto e sempre organizadas sob a forma de sociedade anônima.
  - Fundações públicas jamais podem desempenhar atividades de interesse social, científico, cultural ou educacional.
  - Autarquias são pessoas jurídicas criadas por lei para o desempenho de atividades típicas da Administração Pública, submetendo-se a regime jurídico predominantemente público.
  - Sociedades de economia mista não admitem participação de capital privado em sua composição.
24. Assinale a alternativa correta sobre os requisitos ou elementos do ato administrativo.
- Competência, finalidade, forma, motivo e objeto são tradicionalmente apontados como elementos ou requisitos do ato administrativo.
  - Apenas motivo e objeto são necessários para a validade de qualquer ato administrativo.
  - A finalidade do ato administrativo pode ser livremente escolhida pelo agente público, desde que haja conveniência administrativa.
  - A competência administrativa é, em regra, renunciável e transferível sem previsão legal.
25. Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- A presunção de legitimidade indica que o ato administrativo é presumido válido até prova em contrário, sem impedir seu controle administrativo ou judicial.
  - A presunção de legitimidade impede qualquer questionamento posterior do ato administrativo.
  - A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos, sem exceção.
  - A imperatividade significa que a Administração jamais poderá impor obrigações a particulares.
26. No que se refere aos agentes públicos, cargos, empregos e funções públicas, assinale a alternativa correta.
- Empregado público e servidor estatutário possuem sempre o mesmo regime jurídico.
  - Função pública somente pode existir quando vinculada a sociedade de economia mista.
  - Todo agente público necessariamente ocupa cargo efetivo provido por concurso público.
  - Cargo público, em sentido estrito, vincula-se a regime estatutário, enquanto emprego público está associado, em regra, ao vínculo celetista.
27. Com base nas noções gerais da Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.
- A Lei nº 8.112/1990 disciplina exclusivamente empregados públicos contratados por empresas privadas.
  - A Lei nº 8.112/1990 regula apenas crimes contra a Administração Pública.
  - A Lei nº 8.112/1990 aplica-se diretamente a todos os trabalhadores do setor privado brasileiro.
  - A Lei nº 8.112/1990 estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
28. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.
- O poder hierárquico autoriza a Administração a criar crimes e penas por ato administrativo.
  - O poder regulamentar permite ao administrador contrariar expressamente a lei para atender ao interesse público.
  - O poder disciplinar permite à Administração apurar infrações funcionais e aplicar sanções a agentes públicos ou a particulares sujeitos à disciplina administrativa.
  - O poder de polícia é exercido apenas pelo Poder Judiciário.
29. Assinale a alternativa correta sobre abuso de poder.
- O abuso de poder somente ocorre quando há enriquecimento ilícito do agente público.
  - O abuso de poder pode ocorrer por excesso de poder, quando o agente atua além de sua competência, ou por desvio de finalidade, quando pratica o ato visando fim diverso do interesse público previsto em lei.
  - O excesso de poder é lícito sempre que o ato produzir resultado eficiente.
  - O desvio de finalidade não invalida o ato administrativo, pois se refere apenas à intenção íntima do agente.
30. Sobre licitação pública, assinale a alternativa correta.
- A Administração pode escolher livremente qualquer fornecedor, sem justificativa, sempre que houver interesse público.
  - A licitação dispensa a observância da publicidade quando envolve recursos públicos.
  - A licitação busca selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, observando princípios como isonomia, julgamento objetivo, publicidade, planejamento e vinculação ao instrumento convocatório.
  - A licitação é procedimento destinado exclusivamente à contratação de servidores efetivos.

31. Assinale a alternativa correta sobre contratação direta.
- A dispensa de licitação permite contratação verbal e sem processo administrativo.
  - Dispensa e inexigibilidade são expressões equivalentes e indicam sempre ausência de qualquer justificativa formal.
  - A inexigibilidade ocorre quando há ampla competição entre fornecedores equivalentes.
  - A dispensa ocorre em hipóteses previstas em lei nas quais a competição é possível, mas o legislador autoriza a não realização da licitação; a inexigibilidade ocorre quando a competição é inviável.
32. Sobre contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- Contratos administrativos são idênticos aos contratos privados, sem qualquer prerrogativa da Administração.
  - A supremacia do interesse público autoriza a Administração a descumprir livremente qualquer cláusula contratual.
  - A Administração nunca pode fiscalizar a execução contratual após a assinatura do contrato.
  - Contratos administrativos podem conter prerrogativas especiais em favor da Administração, como fiscalização, alteração unilateral nos limites legais e aplicação de sanções administrativas.
33. Quanto ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- A Administração não pode anular seus próprios atos ilegais.
  - O controle administrativo pode ser exercido pela própria Administração sobre seus atos, enquanto o controle judicial verifica a legalidade dos atos administrativos quando provocado.
  - O controle legislativo substitui integralmente o controle judicial.
  - O Poder Judiciário pode revogar atos administrativos discricionários apenas por discordar da conveniência e oportunidade do administrador.
34. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.
- A existência de culpa exclusiva da vítima jamais interfere na responsabilidade estatal.
  - O Estado nunca responde por atos praticados por seus agentes.
  - A responsabilidade civil objetiva dispensa a comprovação de dano.
  - Em regra, a responsabilidade civil objetiva do Estado por atos comissivos exige demonstração da conduta estatal, do dano e do nexo causal, sem necessidade de provar culpa do agente.
35. Assinale a alternativa correta sobre responsabilidade do Estado por omissão.
- O Estado responde por omissão mesmo quando inexistia qualquer dever jurídico de atuação.
  - Na responsabilidade por omissão, costuma-se exigir análise mais cuidadosa do dever legal de agir, da possibilidade concreta de atuação estatal e do nexo entre a omissão e o dano.
  - Toda omissão estatal gera automaticamente dever de indenizar, mesmo sem dano ou nexo causal.
  - A responsabilidade por omissão é sempre penal, nunca civil.
36. Sobre o regime jurídico-administrativo e os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios constitucionais expressos aplicáveis à Administração Pública.
  - O princípio da publicidade impede a proteção de informações sigilosas em qualquer hipótese.
  - O princípio da moralidade é irrelevante para a validade dos atos administrativos.
  - O princípio da legalidade permite ao agente público agir livremente sempre que a lei for omissa, sem qualquer limite jurídico.
37. Com base em noções da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.
- O processo administrativo deve observar, entre outros, critérios de legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
  - A Lei nº 9.784/1999 aplica-se exclusivamente a processos criminais julgados pelo Poder Judiciário.
  - No processo administrativo, a Administração pode decidir sem qualquer motivação, mesmo quando restringe direitos.
  - A ampla defesa e o contraditório são incompatíveis com processos administrativos.
38. Sobre improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.
- A improbidade administrativa é matéria exclusivamente ética, sem consequências jurídicas.
  - A lei de improbidade aplica-se apenas a particulares que nunca tiveram relação com o Poder Público.
  - Todo erro formal de servidor público, ainda que sem dolo e sem relevância jurídica, configura automaticamente improbidade administrativa.
  - A improbidade administrativa envolve condutas graves contra a probidade na Administração, podendo estar relacionadas, conforme a lei, a enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário ou violação de princípios administrativos.

39. Sobre as funções clássicas da administração, assinale a alternativa correta.

- a) Planejamento é a etapa em que se executam punições disciplinares, sem definição de metas.
- b) Planejamento define objetivos e meios; organização estrutura recursos e responsabilidades; direção orienta pessoas e ações; controle verifica resultados e corrige desvios.
- c) Controle é a etapa inicial destinada exclusivamente à criação da cultura organizacional.
- d) Organização significa apenas fiscalizar resultados finais, sem distribuir recursos ou responsabilidades.

40. Um servidor público utiliza indevidamente sua senha funcional para consultar dados pessoais de cidadão sem necessidade de serviço, repassa as informações a terceiro e tenta justificar a conduta afirmando que “tinha acesso ao sistema”. Assinale a alternativa correta.

- a) A conduta pode violar deveres éticos e funcionais, princípios da Administração Pública, regras de proteção de dados pessoais e, conforme o caso concreto, normas penais relacionadas à violação de sigilo ou a crimes praticados por funcionário público contra a Administração.
- b) A conduta é lícita sempre que o servidor possuir senha válida de acesso ao sistema.
- c) A Lei de Acesso à Informação autoriza a divulgação irrestrita de todos os dados pessoais mantidos pela Administração Pública.
- d) A LGPD não se aplica a nenhum tratamento de dados realizado pelo Poder Público.

QUESTÃO DISCURSIVA:

As atividades administrativas de registrar, analisar e tramitar documentos são fundamentais para que a fiscalização ocorra de forma organizada e legal. O manejo correto de processos administrativos garante que o direito à informação seja respeitado e que os dados dos profissionais e empresas sejam protegidos. Com base no programa para Assistente Administrativo, redija um texto dissertativo (de 20 a 30 linhas) abordando os seguintes tópicos:

1. **Fluxo Documental e Conformidade:** Explique a importância do registro e da atualização constante de documentos (como as ARTs e certidões de regularidade) para o sucesso das diligências fiscais.
2. **Segurança da Informação e Dados Pessoais:** Discorra sobre como o agente deve proceder ao tramitar processos que contenham dados sensíveis, em relação à Lei de Acesso à Informação e à LGPD.
3. **Responsabilidade e Crimes Administrativos:** Analise os riscos penais envolvidos no tratamento inadequado de documentos públicos, especificamente no que tange à conduta de extravio, sonogamento ou inutilização de livro ou documento e ao sigilo funcional.

A redação deverá ter no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas, sendo atribuída nota zero à mesma, caso não atenda ao limite mínimo de linhas e, sendo desconsiderado o que ultrapassar o limite máximo.